

# A ESCOLA PÚBLICA EM CRISE

*Inflexões, apagamentos  
e desafios*

Carlota Boto  
Vinício de Macedo Santos

Vivian Batista da Silva  
Zaqueu Vieira Oliveira

ORGANIZADORES

São Paulo  
2020



· FEUSP  
Faculdade de Educação da  
Universidade de São Paulo

DOI: 10.11606/9786587047119

# A ESCOLA PÚBLICA EM CRISE

*Inflexões, apagamentos  
e desafios*

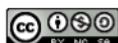
Carlota Boto  
Vinícius de Macedo Santos

Vivian Batista da Silva  
Zaqueu Vieira Oliveira

ORGANIZADORES



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria e respeitando a Licença *Creative Common* indicada.



**Universidade de São Paulo**

REITOR: *Prof. Dr. Vahan Agopyan*

VICE-REITOR: *Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandes*

**Faculdade de Educação**

DIRETOR: *Prof. Dr. Marcos Garcia Neira*

VICE-DIRETOR: *Prof. Dr. Vinícius de Macedo Santos*

**Direitos desta edição reservados à FEUSP**

Avenida da Universidade, 308

Cidade Universitária - Butantã

05508-040 São Paulo - Brasil

(11) 3091-2360 E-mail: [spdfe@usp.br](mailto:spdfe@usp.br)

<http://www4.fe.usp.br/>



**Catalogação na Publicação**

(Biblioteca Celso de Rui Beisiegel)

(Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo)

E74 A escola pública em crise: inflexões, apagamentos e desafios. / Organizadores Carlota Boto, Vinícius de Macedo Santos, Vivian Batista da Silva, Zaqueu Vieira Oliveira. São Paulo: FEUSP, 2020. 385 p.

Vários autores

ISBN: 978-65-87047-11-9 (E-book)

DOI: 10.11606/9786587047119.

1. Educação. 2. Educação - finalidades e objetivos. 3. Educação e estado - escolas públicas. 4. Escolas públicas - avaliação - Brasil. 5. Escolas públicas - aspectos sociais. 6. Política educacional. I. Boto, Carlota. (org.). II. Santos, Vinícius de Marcedo (org.). III. Silva, Vivian Batista da (org.). IV. Oliveira, Zaqueu Vieira (org.). V. Título.

CDD 22<sup>a</sup> ed. 371.01

# APRESENTAÇÃO

## A escola pública em crise: inflexões, apagamentos e desafios

Carlota Boto | Vinícius de Macedo Santos | Vivian Batista da Silva |  
Zaqueu Vieira Oliveira

**C**OM o propósito de pensar a política e a educação nos tempos que correm e refletir sobre o lugar social da escola pública no momento presente, esta obra contempla temas e ideias discutidas no *I Seminário Internacional de Educação: a escola pública em crise – inflexões, apagamentos e desafios* e centrou-se especificamente no estudo e debate de referências educativas clássicas e atuais.

Quando pensamos em organizar esse *I Seminário Internacional da Educação*, já desenhamos o tema com que gostaríamos de comemorar os 50 anos da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Feusp) e os 60 anos da Escola de Aplicação da Feusp<sup>1</sup>: *escola pública em crise – inflexões, apagamentos e desafios*. Entendemos que o campo da Educação e a escola pública mais especificamente vivem uma crise sem precedentes na história de nosso país. Quisemos interpelar esse problema.

A escola moderna surge a partir do século XVI, quando, com a Reforma protestante e a Contrarreforma católica, aparecem os primeiros colégios religiosos, com o objetivo de proporcionar a cultura lettrada às populações. Em tais colégios há iniciativas voltadas a empreender um modelo de ensino coletivo, capaz de romper com os modos individuais de ensinar.

A partir da segunda metade do século XVIII, mais precisamente com o Iluminismo e a Revolução Francesa, surge o interesse de o Estado assumir para si a tarefa de ensinar. Aparecem, portanto, no início do século XIX, as primeiras redes públicas de ensino. O propósito desse formato da escolarização é transmitir, ao mesmo tempo, conhecimentos e valores, saberes e atitudes – formar, no limite, o futuro cidadão do Estado republicano. A escola, nesse sentido, é compreendida como um templo de formação da democracia. Por meio dela, os futuros cidadãos republicanos serão formados.

<sup>1</sup>A Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Feusp) foi criada pelo Estatuto da Universidade de São Paulo (USP) de 16 de dezembro de 1969, dando continuidade aos trabalhos até então desenvolvidos no Departamento de Educação da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL). Já a Escola de Aplicação da Feusp tem suas origens em agosto de 1958, na então denominada Escola Experimental. Naquele momento, a Escola de Aplicação estava associada ao Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo Professor Queiroz Filho (CRPE-SP), o qual foi extinto em 1973, ano em que a escola vinculou-se à Faculdade de Educação.

A acepção motriz que ampara os ideais da escola republicana tem a ver com a igualdade de oportunidades. Era necessário que o Estado oferecesse escola para todos, inclusive para que se pudesse firmar uma sociedade pautada pelo mérito, e não mais pela respectiva condição social de origem. Esse foi o sonho das sociedades liberais em seu nascedouro.

Tal modelo de escola recebeu, entretanto, muitas críticas, tanto dos setores reacionários quanto do espectro mais progressista da sociedade, engendrando, por ser assim, modelos educacionais em disputa. No caso dos setores conservadores, a crítica vinha pelo lado da direita: não se aceitava a tese da igualdade de oportunidades nem a ideia de uma sociedade onde os lugares de poder e de distinção fossem exclusivamente pautados pelo mérito individual. No caso das críticas advindas dos setores da esquerda, denunciou-se o caráter de reprodução dessa escola burguesa, que, na verdade, fazia por reafirmar, no âmbito da cultura, as desigualdades já presentes na própria sociedade. Essa escola não teria dado conta de produzir uma sociedade mais justa, posto que a igualdade de oportunidades que ela proclamava era, na verdade, uma falácia para disfarçar o primado da dominação de classe social, reiterado no interior do modelo escolar.

No momento em que vivemos, entretanto, presenciamos o outro lado da crise da escola republicana. O discurso sobre a privatização do ensino, bem como a crítica aos modelos escolares herdeiros da escola republicana, tornam-se a tônica do debate contemporâneo. Os anos 90 do século XX constituem o início do período da globalização. As referências internacionais, sempre existentes, mas anteriormente escamoteadas, passam a dar o tom para a discussão educacional. Fala-se, por um lado, que à escola caberá formar, não mais o cidadão ou o trabalhador disciplinado, mas o sujeito flexível, capaz de se adaptar às mudanças que os tempos exigem. Sendo assim, o discurso sobre “competências e habilidades” torna-se a grande temática das matérias de educação. A crítica à pressuposta queda dos padrões de qualidade do ensino é remetida não mais às políticas educativas, mas aos professores, que não sabem ensinar. No final daquela década, o número de crianças que não encontravam vagas nas escolas praticamente se reduz a zero, a despeito da permanência dos altos índices de reprovação e de evasão nos diferentes níveis. Alguns sugerem, como alternativa, modelos de privatização das instituições educacionais.

Desde o início do século XXI, a ampliação das tarefas burocráticas, bem como o que Nóvoa (1999) compreendeu ser o excesso de discursos, povoa a discussão contemporânea: fala-se de planos de metas, de projeto político-pedagógico, de avaliação da unidade escolar, de aferição do aprendizado dos alunos. Inúmeros dispositivos vêm à tona, por parte dos diferentes governos estaduais e do governo federal, para medir os índices de produtividade das escolas e das universidades. O padrão competitivo imposto pelo mundo globalizado convive com a enorme preocupação com

a lógica da concorrência no ofício. Os professores se veem numa condição em que disputam entre si para saber quem será a classe mais bem avaliada daquela específica escola; escolas disputam entre si para saber qual unidade escolar mais se destacará nas avaliações municipais; municípios disputam entre si para saber quem ganhará a “grande gincana” nacional das avaliações; organizações não governamentais elaboram seus próprios concursos para verificar quais são as escolas que mais se destacam...

Curiosamente, a produção teórica da universidade brasileira não tem acompanhado essa tendência e não se tem esforçado para compreender os modos pelos quais alunos, professores e escolas se comportam nestes tempos de produtividade. A própria universidade, premida pela onda do produtivismo, tende hoje a acelerar a lógica do conhecimento, elaborando trabalhos ligeiros em grande número.

Por ser assim, a profusão de discursos é acompanhada de um silenciamento das práticas. O confinamento dos discursos na universidade e o protagonismo de organizações sociais produzem novos discursos e monopolizam a fala, silenciando professores exclusivamente ocupados com as tarefas que lhes são delegadas. Presencia-se um neotecnismo. Além disso, outras questões interpelam o debate contemporâneo: como os educadores dialogarão com os novos desafios colocados pela ciência cognitiva que descortina, com radicalidade, os assuntos da mente? Como a Educação responderá aos desafios postos pelas novas tecnologias da informação? O mundo digital oferece inúmeras novas questões à Pedagogia. Não se têm dado respostas minimamente satisfatórias a essas questões, seja no terreno das ações pedagógicas ou das políticas públicas para a Educação. E, observando nas escolas as crianças que não aprendem, os professores que desistem de seu ofício – literal e metaforicamente –, podemos nos perguntar: quem responde por isso? Quem interpreta isso? Quem poderá modificar isso?

Muitos dirão que essa escola que chegou até nós não soube se renovar. É preciso, entretanto, compreender os movimentos de renovação que tiveram lugar na história e que impactaram a trajetória dessa escolarização, que chega a nossa contemporaneidade eivada de procedimentos cristalizados pelo lastro da tradição, mas marcada também por todas as tentativas de mudança. A educação, como projeto público da modernidade, inscreve-se na política. E a política está no coração de cada fato que a educação produz. Pensar nas intersecções entre educação e política significa partilhar o problema...

Os objetivos do *I Seminário Internacional de Educação* foram os de proporcionar, no âmbito das comemorações dos 50 anos da Feusp e 60 anos da Escola de Aplicação, reflexão e debate sobre temas que impactam a escola brasileira na atualidade. A igualdade de oportunidades na escola pública; o universalismo da escola republicana; a pluralidade cultural e a necessidade da inclusão social; a avaliação do rendimento escolar, em suas várias dimensões; o lugar social da formação de professores;

o futuro dos direitos humanos, especificamente do direito à educação: todos esses assuntos serviram de organizadores de temas e de problemáticas a serem contempladas nas mesas-redondas e conferências as quais foram gestadas e engendradas a partir do questionamento das grandes perguntas que impactam a escola contemporânea. Assim, o objetivo geral do evento foi compreender o lugar social e político da escola pública em nossa contemporaneidade. Além disso, o seminário pretendeu: 1) identificar parâmetros socio-históricos do modelo moderno de escolarização na organização da forma de escola ainda em vigor; 2) reconhecer projetos educacionais configurados na ordem mundial neoliberal; 3) abarcar os antecedentes históricos desse modelo neoliberal, especificamente retomando as premissas do que seria o modelo democrático de educação republicana; 4) reafirmar o direito à educação em suas variadas dimensões; 5) compreender o debate sobre a formação de professores em uma sociedade em mudança; 6) discriminar as vertentes do atual discurso educacional.

Após um ano da realização de nosso seminário, presenciamos uma realidade absolutamente inédita. Uma pandemia de proporções mundiais atravessa nosso país. As pessoas não podem mais sair de casa, enquanto o governo federal faz troça do vírus que tem matado milhares de pessoas em uma proporção sempre crescente. Em virtude dessa situação decorrente do novo coronavírus, as escolas tiveram de se readaptar e, para não deixar crianças e jovens sem instrução, passaram a ministrar seus conteúdos por meios remotos.

Toda uma discussão se instaura a partir dessa experiência absolutamente inaudita de crianças aprendendo em casa pela tela de um computador... Há, nesse movimento, uma dimensão excludente extremamente preocupante: especialmente nas escolas públicas, ao passo que há crianças que podem perfeitamente acompanhar as atividades a distância, a maior parte da população escolar não tem acesso à internet banda larga. Isso significa que, em tempos de pandemia, podem ser agravadas as distâncias pedagógicas pelas distintas oportunidades sociais entre aqueles que podem acompanhar o ensino remoto e os que não podem.

Por outro lado, há um espectro pedagógico extremamente fértil nessa experiência de educação em tempo de pandemia. Finalmente, o mundo da tecnologia da informação entrou no universo da escola. E isso, por si, constitui um verdadeiro desafio. Não se trata de pensar no advento do modelo de educação a distância. Não é esse o caso. Trata-se, sim, de engendar novas ferramentas e dispositivos educativos para fomentar o ensino presencial com atividades remotas. Esse uso das novas tecnologias da informação nesta época de pandemia pode engendar maneiras extremamente criativas e inventivas para ressignificar os sentidos da formação das crianças e dos jovens. A crise da Covid-19 – com tudo o que carrega de sombrio e de desolador, por deixar expostas as fraturas sociais que recobrem a sociedade brasileira – trouxe, curiosamente, uma oportunidade educativa que os professores de nosso tempo não deverão deixar passar.

Entretanto, não passa desapercebida uma nova onda de produção ligeira de aplicativos e artefatos mediados por tecnologias e disponibilizados a todos os sistemas de ensino e aos alunos de qualquer ponto do país de maneira indiferenciada, como formas de ensino tomadas como adequadas para o ensino remoto. Tais dispositivos passam a ocupar o lugar da solução de um problema, substituindo de certo modo o planejamento do professor, o livro didático impresso. Chegam às mãos de professores sem que estes, utilizando critérios próprios, tenham arbitrado na escolha e tomado a decisão que sempre lhes coube. Quais concepções de educação e de currículo estão sendo forjadas e embasam essa produção no momento inédito da pandemia, quando as condições de vida são gravemente alteradas?

O conjunto de textos do livro traz diferentes abordagens acerca dos vários pontos propostos para o debate durante o seminário, compondo um rico painel de reflexões sobre a escola do nosso tempo. Trata-se de pensar sobre os projetos de educação para todos, desde seus tempos embrionários, passando pela consolidação das ações do Estado, com todas as conquistas e contradições ainda presentes nos dias atuais, quando continuam em pauta os desafios para se efetivar uma escola que seja, de fato, democrática.

*Dermeval Saviani* apresenta, em “Escola e democracia no Brasil do século XXI”, uma caracterização do papel estratégico da educação para a construção da democracia na sociedade moderna. Inicia, assim, sua análise vindo do início do século XIX, com a função clássica da educação escolar de formação para o exercício da cidadania, para, em seguida, abordar a relação entre a escola e a democracia no Brasil do século XXI. Saviani considera ser ainda cedo para se fazerem projeções sobre a relação entre escola e democracia no século XXI, mas sinaliza com dois cenários possíveis de futuro: um futuro já enraizado no presente e que investe na crise da escola pública, que “corresponde à tendência que vem prevalecendo, na qual escola e democracia cada vez mais se vergam ante as imposições do mercado”, e que pode ser identificada na ação de organizações não governamentais ligadas a grandes grupos econômicos; o outro futuro, o desejável, para o autor, corresponde à resistência a essa tendência atual em favor da introdução e generalização da escola unitária, que, segundo Saviani, é construída sobre a base do conceito do trabalho como princípio educativo. Saviani indica a substituição da democracia formal própria do modo de produção capitalista pela “democracia real consolidada pela universalização da escola unitária, que propiciará a todos os indivíduos uma formação integral que lhes assegurará o pleno domínio dos conhecimentos científico-tecnológicos, artísticos e filosóficos historicamente produzidos pela humanidade”. O texto aqui apresentado é baseado na conferência de abertura do *I Seminário Internacional de Educação: a escola pública em crise – inflexões, apagamentos e desafios* proferida por Saviani.

*José Carlos Libâneo*, em “Currículo de resultados, atenção à diversidade, ensino para

o desenvolvimento humano: contribuição ao debate sobre a escola justa”, destaca as lutas pela escola pública que tiveram lugar na história da educação brasileira. Observa primeiramente a geração dos anos 1930, congregada em torno do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*; depois a retomada desse movimento com novos autores, em 1959, no *Manifesto dos educadores mais uma vez convocados*. Por fim, Libâneo relata o papel daquilo que qualifica como o segundo momento de luta pela democratização de ensino, a partir de um grupo-geração dos anos 1980, articulado em torno da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e especialmente envolvido na criação da Associação Nacional de Educação (Ande), em 1979. A segunda parte do capítulo de Libâneo trabalha o tema da escola justa hoje, buscando responder à questão: o que deve ser a qualidade da escola pública das camadas populares? O autor reconhece que vivemos em uma época na qual a temática da diversidade penetrou na escolarização, exigindo, de certa maneira, a realização de um diálogo intercultural. Mas Libâneo adverte para a necessidade de se superar a contradição entre uma formação básica comum – que, sob a perspectiva aqui delineada é ainda imprescindível – e o também fundamental respeito às diferenças. A escola justa é tomada aqui na acepção de Dubet, como sendo aquela que minimiza as desigualdades escolares para que elas não aprofundem as desigualdades sociais.

*Pedro Dallari* destaca, em “O direito à educação no contexto da internacionalização dos direitos humanos”, que, em um mundo fragmentado como este em que vivemos, há, curiosamente uma tendência à integração no plano do direito, revelada por mecanismos sempre aprimorados de compatibilização dos diferentes sistemas jurídicos nacionais e internacionais. Dallari recorda que a *Declaração universal dos direitos humanos* de 1948 fez com que a educação figurasse hoje no rol dos direitos socialmente imprescindíveis. A partir daí, o capítulo traça um panorama do século XX, demonstrando claramente sua hipótese de uma dimensão progressiva e progressista do direito internacional público. A acepção do direito à educação é apreciada mediante vários documentos nacionais e internacionais, até chegar ao caso brasileiro. Nesse sentido, o autor confirma sua tese segundo a qual teria havido uma conformação da ordem global à pauta dos direitos humanos.

*Edmilson Menezes*, em “Kant, educação e dimensão pública”, busca construir os nexos entre a educação e a dimensão pública da modernidade. Nesse sentido, o autor recorda que público significa aquilo que é comum, para uso de todos. Depois, o capítulo caracteriza a situação da Alemanha no século XVIII, com a progressiva passagem das escolas da Igreja para um sistema no qual o controle da escolarização pertenceria ao Estado. Menezes recorda o papel de Frederico II e sua iniciativa pioneira de construção de escolas públicas. Nesse sentido, antes de discutir o pen-

samento pedagógico de Kant, o autor demonstra como Basedow propugnou, em seu tempo, que o Estado retirasse o controle das escolas das mãos de eclesiásticos, recordando, inclusive, a ineficiência dos colégios religiosos daquele tempo. Para Basedow, o ensino público seria a ferramenta mais favorável à formação de todos os que cuidam do bem comum. Só então o capítulo trabalha as ideias educativas de Kant, as quais enfatizam tanto a disciplina quanto a instrução, em direção ao governo de si mesmo. Trata-se, no limite, de introduzir o educando na vida civil e prepará-lo para o mundo moral. A tese defendida por Menezes em seu texto é a de que, de acordo com Kant, apenas a educação pública capacitaria de maneira estratégica a formação que prepara o sujeito para o exercício da cidadania.

*Marta Maria Chagas de Carvalho*, em “A produção do vazio: considerações sobre a memória das lutas pela escola pública no Brasil”, parte da referência de um texto escrito por Mona Ozouf, que constituía, dentre outros aspectos, a apreciação daquela autora sobre a própria obra. Sob tal suporte teórico-conceitual, Carvalho revisita sua própria produção teórica, destacando o intuito que teve de questionar práticas e representações cristalizadas especialmente a partir de uma leitura da geração que atuou no Brasil nos anos 1930, em especial Fernando de Azevedo. A autora destaca as mudanças de posições de Azevedo entre o período da Primeira República, do Governo Provisório e o do Estado Novo, destacando o apagamento de um conjunto de lutas e de resistências a partir da narrativa construída em *A cultura brasileira*. Ali Azevedo teria feito um relato apologético de sua própria trajetória e a de seu grupo-geração, relato que foi posteriormente apropriado pela interpretação de Jorge Nagle em seu livro sobre a educação na Primeira República. Finalmente, Carvalho recorda o modo pelo qual ela interpelou esse discurso e os modos pelos quais sua própria produção tem sido lida hoje por outros autores, que destacam o vazio produzido em nossa contemporaneidade na memória sobre a escola pública brasileira.

*Flávia Schilling e Fernanda Castro Fernandes*, em “O futuro dos direitos humanos: notas sobre memórias e possibilidades da educação em direitos humanos no Brasil”, centraram-se na discussão da *Declaração universal dos direitos humanos*, tida como o marco inaugural, segundo elas, da noção contemporânea de direitos. As autoras enfatizam o quanto esse documento demarca a ideia da dignidade da pessoa humana, assegurando suas possibilidades de proteção em sociedades como a nossa, pautadas pela desigualdade. Porém, Schilling e Fernandes indagam sobre os porquês de esse documento ser tão pouco conhecido pela população, que acaba por desconhecer seus próprios direitos, não tendo, portanto, nenhuma garantia efetiva de acesso às suas possibilidades de proteção presentes na lei. O texto traça comentários sobre a história de memórias, de lutas, de movimentos e de legislação, tendo em vista a busca

de assegurar uma sociedade que tenha a igualdade e a diversidade como horizontes. As autoras recordam os riscos de fomentar excessivamente apenas as diferenças, dado que, nesse caso, elas correrão o risco de se tornarem desigualdades. Escrito em tom coloquial, posto que se tratava de uma fala do seminário, o texto traz o debate para nossos dias, destacando a necessidade de se responder à busca sistemática de aniquilação do pensamento crítico, de se resistir ao fascismo e de se reagir ao elogio da ignorância que têm sido a tônica dominante do discurso do governo federal no Brasil de hoje.

*António Gomes Ferreira*, em “A criança e a desigualdade da sorte de nascer e viver em tempos e locais diferentes”, estabelece um diálogo com as interpretações mais canônicas acerca da história da infância ocidental. O texto de Ferreira sublinha as controvérsias e as polêmicas que se deram a partir da clássica tese de Ariès, sobre o sentimento de infância e de família no mundo moderno. À luz desse vasto e sólido referencial teórico, Ferreira estabelece quadros comparativos. O primeiro deles abarca as taxas de mortalidade infantil no século XVIII em diferentes países europeus. O segundo evidencia os índices de mortalidade infantil em meados do século XX na América Latina. Outros quadros mostram, finalmente, a mortalidade infantil no Brasil e nos países de língua portuguesa. A segunda parte do texto de Ferreira traz perspectivas históricas acerca das representações sobre a infância desde o século XVI, revelando a articulação entre a história de Portugal, a história comparada e as questões que interpelam nossa atualidade.

*Bruno Bontempi Júnior*, no seu “Em defesa da universidade, dos cientistas e das ciências humanas”, situa o quanto essa preocupação é antiga e, nos tempos atuais, assume contornos necessariamente mais fortes. Em suas palavras: “temos presenciado, jamais em silêncio ou resignados, as manifestações e medidas do governo federal contra a escola pública, a universidade, os educadores, a ciência e a pesquisa”. Bruno aborda os lugares-comuns dos discursos avessos às ciências humanas e às universidades públicas, no tocante às inflexões que vêm marcando os esforços para manter e ampliar o ensino e a produção do conhecimento nos últimos anos. Percorrendo artigos de imprensa, destinados à população como um todo e não apenas à comunidade acadêmica, o autor evidencia como algumas ideias vêm sendo enraizadas. Por um lado, o artigo destrincha as contradições das propostas oficiais que sugerem a extinção das ciências humanas nas universidades públicas. Enquanto “narrativas históricas convenientes”, tais discursos tentam esvaziar a compreensão dos fenômenos humanos e sociais, sobretudo das desigualdades que, historicamente, os marcam. Ao esclarecer como operam esses discursos, Bontempi Júnior traz contribuições inestimáveis para combater a ignorância e a injustiça. Defender a universidade, os cientistas e as ciências humanas significa clamar permanentemente por uma sociedade

mais ilustrada, solidária, sustentável e equânime.

*Roberto Rafael Dias da Silva*, em “Inovações permanentes e desigualdades crescentes: elementos para a composição de uma teorização curricular crítica”, afirma que muitos dos discursos atualmente proferidos acerca da escolarização estão impregnados de alusões à inovação e à criatividade. A este conjunto de novos métodos, estudos futuristas e soluções infalíveis para o avanço da educação, Silva denomina “dispositivos de estetização pedagógica”. O autor traz alguns apontamentos de como se desenvolveu e se popularizou esta nova cultura organizacional, na qual a inovação tem como principal foco uma revalorização do campo emocional, tornando-a um estilo de vida associado a uma permanente psicologização. Apresentando análise de um conjunto de estudos recentes, o autor detecta que o termo inovação, quando associado à educação, remete principalmente a dois aspectos: a mudança didática e metodológica ou baliza para a elaboração de currículos e políticas educacionais. Em relação a este segundo ponto, ressalta que uma das promessas é que essa inovação educativa apresentada em diferentes currículos sirva como forma de enfrentamento das desigualdades, o que, na visão do autor, não foi o alvo prioritário no caso brasileiro. Seria necessário pensar, então, numa inovação não como obrigação, mas estando sob um novo enquadramento que busca a renovação dos propósitos educacionais por meio de uma dimensão comunitária.

*Marcos Garcia Neira*, em “O currículo cultural e a afirmação das diferenças”, apresenta uma possibilidade de currículo escolar na qual os docentes devem considerar legítimos os conhecimentos que os estudantes já sabem e levam consigo para a escola. Nesta perspectiva, denominada pelo autor de currículo cultural, os estudantes são considerados sujeitos capazes, reconhecendo naquilo que sabem o potencial para se apropriarem de novos conhecimentos. Para Neira, não se trata somente de substituir a centralidade ocupada pela cultura dominante por outras práticas culturais, mas de dar a devida atenção a elas e a seus participantes com a mesma ênfase que são reconhecidos os conhecimentos hegemônicos. A escola tem, então, o papel de, ao fazer circular conhecimentos heterogêneos, possibilitar modificações nos saberes iniciais dos estudantes. Segundo Marcos, para que as diferenças culturais sejam afirmadas, a hegemonia herdada da Modernidade deve ser rompida através do currículo cultural que, para além de trabalhar respeito e tolerância, tem como principal objetivo evidenciar e analisar as relações assimétricas e desiguais de poder que produzem a diferença. Ao trabalhar temas culturais, os docentes teriam, então, a possibilidade de valorizar os patrimônios dos grupos minoritários, buscando formas de compreender como e porque determinadas práticas culturais são legitimadas, enquanto outras são desconsideradas. Para o autor, ao incorporar ao currículo os

saberes historicamente silenciados, a escola tem a oportunidade de construir um futuro fundamentado em princípios da solidariedade e do poder compartilhado. O texto aqui apresentado é uma versão atualizada do artigo “Os conteúdos do currículo cultural da Educação Física e a valorização das diferenças: análises da prática pedagógica”, aprovado para publicação na Revista *e-Curriculum*.

*Nilma Lino Gomes*, em “Educação, diversidade, emancipação e lutas em tempos antidemocráticos”, parte da análise do crescimento de tensões, no Brasil e pelos diferentes continentes afora, coincidindo com os tempos do que chama “colonialismo neoliberal”. São os tempos atuais, em que perversas formas de preconceito e dominação são postas em marcha de forma violenta. São tempos em que a diversidade e a diferença são direitos motores de resistência e conquistas e cuja visibilidade social alcançada não escapa ao olhar conservador e autoritário enraizado na sociedade brasileira. Gomes destaca a importância da luta antirracista protagonizada pelo movimento negro no país durante décadas, somando-se às lutas de diversos movimentos contra a dominação econômica e pela igualdade social, e indica conquistas importantes que ocorreram especialmente no período 2003-2016 (políticas afirmativas, cotas para negros e indígenas na universidade, obrigatoriedade do ensino de história e cultura africanas, estatuto da igualdade racial etc.). São políticas que, ao promoverem a presença dos diferentes grupos na universidade, trouxeram novos desafios e produziram mudanças na pesquisa, no ensino, na extensão e na internacionalização da universidade. Por fim, a autora argumenta que a ascensão da extrema direita e de forças reacionárias no Poder Executivo federal e no Congresso Nacional constitui forte ameaça a todos os avanços conquistados, sendo necessário resistir para preservá-los e evitar retrocessos. Algumas análises apresentadas neste capítulo fazem parte de reflexões do projeto “Por uma pedagogia pós-abissal: movimento negro e conhecimentos emancipatórios”, com Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

*Cássia Geciauskas Sofiato* assina o capítulo intitulado “Do universal na educação aos fundamentos da educação especial no Brasil”. Em seu texto, ela discorre sobre um dos desafios mais caros à efetiva garantia da escola para todos. Pode nos parecer que as reivindicações de acesso das pessoas “deficientes” aos bancos escolares é recente, talvez porque tenha sido naturalizada a ideia de que eles devam ficar excluídos. Entretanto, Sofiato identifica o germe de um trabalho educacional com esse público já no século XIX. Ela coloca em pauta duas instituições especializadas: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1954) e o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos (1857). Assim, é possível notar que a luta pelo direito à educação é antiga entre nós, mas vem se configurando em épocas distintas, cada qual com seus entendimentos, termos, agentes, condições e formas de atuação. Examinando as iniciativas situadas

entre as décadas de 1850 e 1890, a autora identifica um rico acervo documental, composto por relatórios dos diretores dos institutos e de autoridades governamentais, além de textos especializados. O que vem sendo ensinado aos alunos cegos e surdos? Quais espaços lhes são reservados? De que maneira suas especificidades são tratadas? Quem são seus professores? Trata-se de lugares onde nascem os fundamentos para a educação especial no país e que, de alguma forma, ainda povoam os atuais debates da área. Este capítulo foi realizado com o Apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento ooi.

*António Carlos da Luz Correia*, n' “O tempo da escola em Portugal: permanências, bloqueios e imperativos de mudança (séc. XX-XXI)”, tem como ponto de partida um problema há muito colocado entre os educadores. Por que é tão difícil mudar a escola, ou seja, rever seus currículos, a forma como são organizadas as classes e julgados os alunos? Há aproximadamente 200 anos, desde quando foi criado, esse modelo de ensino institucionalizado pelo Estado visou a transformar os indivíduos em cidadãos. Numa análise socio-histórica de como as temporalidades escolares perseguiram a normalização de seus modos de funcionamento e a homogeneização de seus alunos, Correia atenta para o caso português, o que não significa considerar experiências completamente estranhas a nós. Esse modelo de ensino se faz presente não apenas ao longo de muitos anos, como também em diferentes lugares do mundo, em países com histórias, culturas, economias e políticas por vezes diversas. Ainda assim, muitos comungam de uma escola parecida, como acontece com brasileiros e portugueses. Tecendo uma revisão cuidadosa da literatura sobre o tema, o autor situa o surgimento e enraizamento da escola e de seus tempos, consubstanciados em seus programas, modos de funcionamento, métodos e livros de ensino. Como bem evidencia o autor, é justamente a articulação desses elementos, comumente tomados como naturais ou até mesmo inevitáveis, que produz sua tradição e bloqueia sucessivos projetos de mudança, ainda que ela seja por nós desejada.

*Vivian Batista da Silva*, em “O único e melhor tempo de ensinar na escola: reverberações da avaliação (1870-1970)”, traz elementos para refletirmos sobre os modos pelos quais entendemos e vivemos a vida na escola, em meio a práticas tão entranhadas em nós e das quais muitas vezes sequer nos damos conta. São facetas “naturalizadas”, mas que podem nos ajudar a compreender como se consolidam mecanismos de homogeneização, controle e desigualdade nas trajetórias dos alunos. A autora investiga como, entre finais do século XIX e finais do século XX, os professores estudaram o tema da avaliação, uma das peças fundamentais da modernidade escolar. Isso porque as decisões sobre o que avaliar passam pela seleção de conteúdos e pelos tempos nos quais eles são ensinados aos alunos. De 1870 a 1970, os manuais

pedagógicos (53 títulos que compõem o conjunto das fontes nucleares no artigo) privilegiaram, pouco a pouco, as preocupações que hoje nos parecem indissociáveis da avaliação e dos tempos de ensinar e aprender na escola. Ao explicar como se deve exercer o magistério, tais publicações deram ênfase à avaliação ora como um caminho para disciplinar os alunos ou ordenar as classes e a escola, ora para verificar, analisar ou mensurar o que os alunos aprenderam. É nas tramas dessas iniciativas que se definem tempos de ensinar e aprender, os quais reverberam muitas vezes em trajetórias desiguais dos estudantes. E é nessas tramas tão sutis e poderosas que podemos compreender como estão presentes, ainda hoje, lógicas de excelência e exclusão na escola.

*Vinício de Macedo Santos* traz, em seu texto “Educação pública brasileira: *lengua de madera* e políticas de apagamento”, um olhar particular sobre formas como a educação pública brasileira tem sido afetada no seu papel de elemento constitutivo da formação de uma sociedade democrática. Durante a primeira década da redemocratização do país, após o fim da ditadura militar de 1964-1985, o caráter público, universal e gratuito da educação foi debatido e de modo inconteste figurou como um dos principais axiomas da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996. Registraram-se, naquele período, políticas educacionais que conjugavam aspirações da sociedade civil brasileira e metas de acordos com organismos internacionais multilaterais que tratavam de inscrever políticas e projetos educacionais dos países periféricos ou em vias de desenvolvimento às diretrizes do neoliberalismo firmadas no final da década de 1980. Santos pontua interesses, ora indiferenciados ora em disputa, que geram apagamentos na educação pública brasileira e cujas marcas mais visíveis estão na permanência e na emergência de organizações sociais vinculadas a fortes grupos econômicos e na consequente subordinação da educação pública à lógica e à dinâmica de mercado. Não é detalhe menor, nas políticas educacionais recentes, o léxico genuíno e ambíguo associado pelo autor a expressões como *langue de bois*, *lengua de madera* ou “discurso vazio”: léxico próprio de uma produção conceitual, teórica, que fundamenta e identifica políticas educacionais conflitantes com o projeto de construção de uma educação pública de qualidade.

*Zaqueu Vieira Oliveira*, em “Concepções de matemática e implicações para a aprendizagem: um breve estudo”, destaca um paradoxo em que a matemática está inserida: se, por um lado, ela é vista como uma área de conhecimentos extremamente valorizados numa sociedade cujas ciências e tecnologias são cada vez mais difundidas, por outro, ela também gera impactos negativos ao ser considerada inacessível e incompreensível por muitos. Baseado em uma pesquisa realizada com estudantes de graduação, Oliveira passa a discorrer sobre três aspectos que podem impactar na aprendizagem da matemática. O primeiro – se a matemática foi descoberta ou inventada –

trata de como as pessoas veem esta disciplina como algo supremo e divino e, por isso, desistem de tentar qualquer aproximação, já que acreditam a priori que seus conhecimentos são inatingíveis. Outros dois aspectos – a utilidade da matemática e suas conexões com a realidade – trazem à tona uma visão reduzida e simplista desta disciplina, mas enfatizam também suas potencialidades durante o processo de aprendizagem como forma de desenvolvimento da abstração, habilidade que tanto se valoriza na matemática. Segundo o autor, tais concepções não estão claras na percepção dos indivíduos; porém, o professor precisa tê-las em mente a fim de buscar formas para que o aluno compreenda o papel que a matemática tem na sua vida e na sociedade, tornando a matemática ferramenta de criticidade, reflexão, ação e transformação.

*Carlota Boto*, em “A Escola Nova e a educação republicana em Portugal e no Brasil: Faria de Vasconcelos e Lourenço Filho”, elabora uma análise comparativa da produção teórica de dois expoentes do movimento da Escola Nova em Portugal e no Brasil. Faria de Vasconcelos e Lourenço Filho foram ambos autores importantes em seu tempo no âmbito do discurso pedagógico. A ideia deste capítulo é a de entrelaçar teoria e prática dos dois educadores, que repensaram métodos de ensino, com o auxílio de outras áreas do conhecimento, particularmente a Psicologia e a Biologia. A crítica que os dois teóricos efetuavam da escola tradicional era acompanhada pela proposição da escola ativa, na qual o interesse da criança passava a figurar no centro do processo pedagógico. Faria de Vasconcelos defendia, inclusive, um autogoverno da criança, ancorado na ideia de uma ciência da infância: a Pedologia. O fato é que, conforme busca demonstrar Boto, Faria de Vasconcelos e Lourenço Filho construíram um modelo de pedagogia experimental, que acabava por classificar os educandos à luz de dado padrão de normalidade. Foi um momento em que a Pedagogia pretendeu efetivamente tornar-se uma ciência da educação. E esses dois educadores contribuíram também para isso. Em tal direção, o capítulo visa a demonstrar luzes e sombras do discurso da Escola Nova e sua possível atualidade, para pensar os impasses da educação contemporânea.

*Milton Labuerta*, no texto “Educação e política no contexto da crise contemporânea: formação para a vida civil e o lugar público da escola”, parte da discussão do liberalismo clássico e debate sua interlocução com o marxismo, para debruçar-se sobre a época contemporânea. Segundo o cientista político, a denúncia do neoliberalismo nem sempre é acompanhada por uma discussão efetiva de suas raízes. Será preciso considerar o modelo econômico que é hoje hegemônico em nível mundial a partir de uma minuciosa análise de conjuntura que, aqui reproduzida no tom coloquial que remete à ideia de uma desmontagem do Estado-nação no mundo contemporâneo. Tomando como referências teóricas os trabalhos de Tocqueville, Stuart Mill, Marx e

Gramsci, Lahuerta destaca que somos hoje impactados por uma nova realidade, do ponto de vista social e político, que nos é dada, em larga medida, pelo primado de uma lógica econômica. Essa realidade nova passa pela velocidade das novas tecnologias digitais e também pela dimensão do primado da economia sobre todas as outras esferas da sociedade. A lógica competitiva que acelerou a busca por uma produção rápida, eficaz e maximizadora de dado conceito de rentabilidade marca, inclusive, a universidade, tão pautados que somos hoje pela lógica do que Lahuerta nomeia de *homo lattes*. Nessa realidade, na qual os partidos políticos perderam o protagonismo, o papel a ser desempenhado pela educação e pelos educadores torna-se imprescindível na construção do futuro. Essa é a principal mensagem desse capítulo.

Por fim, são diversos assuntos, com várias abordagens. Trata-se de aqui retratar um pouco o estado atual das pesquisas em educação no Brasil. Vivemos tempos sombrios, em que os projetos e prospectos de uma educação progressista parecem estar obnubilados. Cabe resgatar a lembrança e a esperança de trajetos, histórias e narrativas que desenharam um mundo pedagógico mais justo, mais fraterno e mais bem distribuído. Que o futuro que se avizinha possa receber este volume como um legado de esperança em tempos melhores.

## Referência

NÓVOA, António. Os professores na virada do milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. *Educação e Pesquisa*, v. 25, n. 1, p. 11-20, 1999.